

**EDUARDO MUNIZ
MACHADO CAVALCANTI**

DIREITO TRIBUTÁRIO



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 31.10.2022
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

C365d

Cavalcanti, Eduardo Muniz Machado

Direito tributário / Eduardo Muniz Machado Cavalcanti. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2023.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5964-619-7

1. Direito tributário – Brasil. I. Título.

22-80649

CDU: 34:336.22(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

Sobre o autor	VII
Agradecimentos especiais	IX
Apresentação	XI
Prefácio	XIII

Título I PARTE GERAL

Capítulo 1 – DIREITO TRIBUTÁRIO	3
1.1 Poder político e as garantias individuais	5
1.2 Direito Tributário como ramo do Direito Público	9
1.3 Conceito de Direito Tributário	9
1.4 Dever fundamental de contribuir (“pagar impostos”)	12
1.5 Receitas públicas.....	15
1.6 Repartição de receitas tributárias.....	17
Capítulo 2 – LIMITES AO PODER DE TRIBUTAR	25
2.1 Princípios constitucionais tributários.....	26
2.1.1 Princípios e regras	26
2.1.2 Princípio da legalidade tributária	28
2.1.3 Princípio da isonomia.....	33
2.1.4 Princípio da capacidade contributiva.....	36
2.1.5 Princípio da generalidade	41
2.1.6 Princípio da segurança jurídica.....	43
2.1.7 Princípio da seletividade	46
2.1.8 Princípio da anterioridade tributária	48
2.1.9 Princípio da irretroatividade tributária.....	51

2.1.10	Princípio da vedação ao confisco	55
2.1.10.1	Aplicação do princípio do não confisco às multas fiscais	57
2.1.10.2	Princípio da vedação ao confisco na jurisprudência, em especial do STF.....	59
2.1.11	Princípio da liberdade de tráfego de pessoas e bens, ressalvado o pedágio.....	62
2.2.12	Princípio da uniformidade.....	63
2.1.13	Princípio da uniformidade tributária sobre a renda. Vedação à tributação diferenciada sobre a renda da dívida pública e a remuneração dos agentes públicos	64
2.1.14	Princípio da vedação às isenções heterônomas.....	65
2.2	Imunidades tributárias.....	67
2.2.1	Imunidade, não incidência, isenção e alíquota zero	67
2.2.2	Aspectos gerais sobre imunidade tributária.....	68
2.2.2.1	Quanto ao tributo:.....	71
2.2.2.2	Quanto aos beneficiados:	71
2.2.2.3	Quanto à forma:	72
2.2.2.4	Quanto aos requisitos:.....	72
2.2.3	Imunidade tributária recíproca	72
2.2.4	Imunidade dos templos de qualquer culto.....	76
2.2.5	Imunidade subjetiva	77
2.2.6	Imunidade dos livros, jornais, periódicos.....	80
2.2.7	Imunidade de fonogramas e videofonogramas.....	82
Capítulo 3 – NORMAS TRIBUTÁRIAS		85
3.1	Fontes do Direito Tributário	87
3.1.1	Fontes formais primárias do direito tributário – lei tributária.....	90
3.1.1.1	Normas constitucionais e emendas constitucionais.....	91
3.1.1.2	Lei ordinária.....	92
3.1.1.3	Lei complementar.....	95
3.1.1.4	Lei delegada.....	99
3.1.1.5	Medida provisória.....	100
3.1.1.6	Decreto legislativo	105
3.1.1.7	Resolução	107
3.1.1.8	Tratados e convenções internacionais.....	110

3.1.2	Fontes formais secundárias do direito tributário – normas complementares	117
3.1.2.1	Decreto	118
3.1.2.2	Decisões administrativas com eficácia normativa.....	121
3.1.2.3	Práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas	122
3.1.2.4	Convênios firmados entre União, estados, Distrito Federal e municípios.....	123
3.1.2.5	Convênios de ICMS.....	124
3.1.2.6	Atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas	132
Capítulo 4 – VIGÊNCIA DA LEI TRIBUTÁRIA.....		137
4.1	Atributos da lei tributária	137
4.2	Regras de aplicação da lei tributária.....	138
4.2.1	Vigência da lei tributária no tempo.....	139
4.2.2	Vigência da lei tributária e o princípio da anterioridade	140
4.2.3	Vigência da lei tributária no espaço.....	143
4.3	Aplicação da lei tributária.....	144
4.3.1	Retroatividade da lei tributária	145
4.4	Interpretação e integração da lei tributária.....	148
4.4.1	Institutos e princípios de direito privado na legislação tributária	152
4.4.2	Interpretação literal da legislação tributária	154
4.4.3	Interpretação benigna.....	156
4.4.4	Interpretação econômica da legislação tributária	158
4.4.5	Integração da legislação tributária.....	162
Capítulo 5 – RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA.....		167
5.1	Considerações iniciais.....	167
5.2	Hipótese de incidência tributária	168
5.3	Fato gerador.....	169
5.3.1	Fato gerador e o princípio do <i>non olet</i>	170
5.3.2	Ocorrência do fato gerador.....	174
5.4	Elisão, elusão e evasão fiscal.....	176
5.5	Domicílio tributário	177
Capítulo 6 OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....		181
6.1	Tipos de obrigação tributária.....	183

6.2	Causa da obrigação tributária.....	184
6.3	Sujeitos da obrigação tributária.....	186
6.3.1	Sujeito ativo.....	186
6.3.2	Sujeito passivo.....	189
6.3.2.1	Sujeito passivo e solidariedade.....	193
Capítulo 7 – RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.....		199
7.1	Efeitos da responsabilidade tributária.....	200
7.2	Tipos de responsabilidade tributária.....	203
7.2.1	Responsabilidade por substituição.....	203
7.2.2	Responsabilidade por transferência.....	206
7.2.2.1	Responsabilidade por solidariedade.....	207
7.2.2.2	Responsabilidade por sucessão.....	208
7.2.3	Responsabilidade de terceiros.....	217
7.2.4	Responsabilidade por infrações.....	225
7.3	Denúncia espontânea.....	229
Capítulo 8 TRIBUTO.....		233
8.1	Conceito de tributo.....	233
8.2	Classificação e natureza jurídica dos tributos.....	238
8.3	Espécies de tributos.....	242
8.3.1	Imposto.....	242
8.3.2	Taxa.....	245
8.3.3	Contribuição de melhoria.....	255
8.3.4	Empréstimo compulsório.....	259
8.3.5	Contribuições especiais.....	262
8.3.5.1	Contribuições sociais.....	266
8.3.5.2	Contribuições de intervenção do domínio econômico (CIDE).....	279
8.3.5.3	Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas.....	282
8.3.6	Contribuição de iluminação pública (CIP ou COSIP).....	283
Capítulo 9 – CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....		285
9.1	Lançamento tributário.....	286
9.2	Alteração/revisão do lançamento tributário.....	290
9.3	Modalidades do lançamento tributário.....	294
9.4	Arbitramento da base de cálculo.....	299

Capítulo 10	COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	303
10.1	Competência para legislar sobre Direito Tributário	303
10.2	Competência tributária.....	305
10.2.1	Competência tributária e a reponsabilidade fiscal.....	307
10.3	Capacidade tributária ativa.....	308
Capítulo 11	- SUSPENSÃO, EXTINÇÃO E EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	311
11.1	Considerações gerais.....	311
11.2	Suspensão do crédito tributário.....	311
11.2.1	Moratória	313
11.2.2	Depósito do montante integral do valor do crédito tributário.....	316
11.2.3	Reclamações e recursos administrativos.....	317
11.2.4	Medida liminar em mandado de segurança.....	318
11.2.5	Tutela antecipada em outras ações judiciais.....	320
11.2.6	Parcelamento.....	320
11.3	Extinção do crédito tributário.....	322
11.3.1	Pagamento.....	323
11.3.2	Compensação.....	330
11.3.3	Transação.....	331
11.3.4	Remissão.....	337
11.3.5	Decadência	340
11.3.6	Prescrição	342
11.3.7	Conversão do depósito em renda.....	346
11.3.8	Pagamento antecipado no lançamento por homologação.....	346
11.3.9	Consignação em pagamento julgada precedente.....	346
11.3.10	Decisão administrativa irreformável.....	347
11.3.11	Decisão judicial irreformável	347
11.3.12	Dação em pagamento de bens imóveis	347
11.4	Exclusão do crédito tributário.....	349
11.4.1	Isenção	349
11.4.2	Anistia.....	352
Capítulo 12	- GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	355
12.1	Garantias	355
12.2	Privilégios ou preferências	358
12.3	Prova de quitação como garantia do crédito tributário.....	363

Capítulo 13 – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	365
13.1 Fiscalização	365
13.2 Dívida Ativa.....	368
13.3 Certidões Negativas.....	374
13.4 Contagem de prazos.....	376

Título II
PARTE ESPECIAL

Capítulo 14 – IMPOSTOS DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO FEDERAL	381
14.1 Imposto de Importação	381
14.1.1 Noções gerais e conceituais.....	381
14.1.2 Fato gerador e critérios da regra matriz de incidência	382
14.1.3 Sujeito passivo	386
14.1.4 Extrafiscalidade	387
14.1.5 Anterioridade	388
14.1.6 <i>Drawback</i>	388
14.2 Imposto de Exportação	389
14.2.1 Noções gerais e conceituais.....	389
14.2.2 Fato gerador e critérios da regra matriz de incidência	390
14.2.3 Sujeito passivo	391
14.2.4 Extrafiscalidade	392
14.2.5 Anterioridade	393
14.3 Imposto de Renda	394
14.3.1 Noções conceituais e propedêuticas	394
14.3.2 Fato gerador	396
14.3.3 Progressividade e combate às desigualdades sociais	411
14.4 Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI	417
14.4.1 Fato gerador	418
14.4.2 IPI e não cumulatividade	424
14.4.3 Crédito de IPI: aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem.....	427
14.4.4 IPI e correção monetária dos créditos.....	430
14.5 Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF	431
14.5.1 IOF-Crédito.....	432

14.5.1.1	IOF-Crédito incidente sobre contratos de mútuo e de conta corrente. Contexto administrativo e judicial.....	432
14.5.2	IOF-Câmbio.....	437
14.5.2.1	IOF-Câmbio e aplicação de alíquota zero sobre investimentos estrangeiros diretos.....	437
14.5.3	IOF-Seguro.....	437
14.5.4	IOF-Títulos e Valores Mobiliários.....	438
14.5.5	IOF-Ouro.....	438
14.5.6	Imunidade e IOF.....	439
14.6	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural ITR.....	440
14.6.1	Noções gerais e premissas constitucionais.....	440
14.6.2	Fato gerador.....	441
14.6.3	Base de cálculo e alíquotas.....	441
14.6.4	Sujeito ativo e sujeito passivo.....	445
14.6.5	Conflito de competência com o IPTU.....	446
14.7	Imposto Sobre Grandes Fortunas – IGF.....	447
Capítulo 15 – IMPOSTOS DE COMPETÊNCIA DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL.....		451
15.1	ICMS.....	451
15.1.1	Base constitucional.....	451
15.1.2	Noções gerais e conceituais.....	453
15.1.3	Fato gerador.....	454
15.1.4	Sujeito passivo.....	458
15.1.5	Base de cálculo.....	459
15.1.6	Alíquota.....	462
15.1.7	Não cumulatividade e o direito de crédito.....	463
15.1.8	Seletividade.....	465
15.1.9	Diferencial de alíquota de ICMS.....	467
15.1.9.1	Panorama normativo e histórico do Difal de ICMS.....	467
15.1.9.2	A repartição de receita decorrente da EC 87/2015.....	469
15.1.9.3	O Convênio ICMS 93/2015 e o entendimento do STF....	470
15.1.9.4	A Lei Complementar 190/2022 e a situação de momento.....	473
15.1.9.5	O DIFAL de ICMS nas aquisições ou contratações realizadas pelo contribuinte de ICMS optante do Simples Nacional.....	474

15.1.10	ICMS-Importação.....	475
15.1.11	Hipóteses de não incidência. Exportação, combustíveis e ouro..	478
15.2	IPVA.....	479
15.2.1	Base constitucional	479
15.2.2	Noções gerais e conceituais.....	480
15.2.3	Critérios da incidência do IPVA.....	482
15.2.4	Sujeito ativo.....	484
15.2.5	Alíquota	485
15.3	ITCMD	485
15.3.1	Base constitucional	485
15.3.2	Noções gerais e conceituais	486
15.3.3	Fato gerador, critério temporal e sujeição passiva do ITCMD <i>causa mortis</i>	487
15.3.4	Fato gerador, critério temporal e sujeição passiva do ITCMD doação	488
15.3.5	Demais critérios de incidência do ITCMD	489
15.3.6	ITCMD sobre bens situados no exterior e outras controvérsias...	490
Capítulo 16	IMPOSTOS DE COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS	495
16.1	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.....	495
16.1.1	Noções conceituais e base constitucional.....	495
16.1.2	Materialidade e base de cálculo	496
16.1.3	Alíquotas e progressividade	498
16.1.4	Sujeito passivo contribuinte e responsável	500
16.1.5	Controvérsias	502
16.1.5.1	IP TU e ITR.....	502
16.1.5.2	IP TU e concessões	503
16.2	ISS.....	504
16.2.1	Base constitucional e função da lei complementar para o ISS.....	504
16.2.2	Lei Complementar 116/2003. Aspectos gerais e hipótese de in- cidência	505
16.2.2.1	Fato gerador. Conceito de serviços conforme jurispru- dência do STF.	505
16.2.2.2	Lista de serviços exaustiva ou exemplificativa? O alcance do termo “congêneres”	508
16.2.2.3	Tributação de serviço-fim. Impossibilidade de tributar os serviços-meio	509

16.2.2.4	O ISS na importação e na exportação. Conceito de resultado.....	510
16.2.2.5	Sujeição passiva. Contribuinte e responsáveis.....	514
16.2.2.6	Conceito de estabelecimento prestador e de unidade econômica.....	515
16.2.2.7	Sujeição ativa. Competência territorial municipal. CPOM.....	515
16.2.2.8	Base de cálculo e alíquotas.....	517
16.2.3	Controvérsias relacionadas ao ISS.....	520
16.2.3.1	Industrialização por encomenda ISS × IPI e ICMS....	521
16.2.3.2	ISS e ICMS × <i>softwares</i>	522
16.2.3.3	ISS e ICMS × <i>streaming</i>	523
16.2.3.4	ISS e ICMS × serviços de publicidade.....	525
16.2.3.5	ISS e serviços com coleta em domicílio ou mediante estabelecimento veículo: lavanderia, exames e diagnósticos.....	527
16.2.3.6	Tributação de sociedades uniprofissionais.....	528
16.3	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI.....	529
16.3.1	Noções gerais e conceituais.....	529
16.3.2	Fato gerador e critérios da regra matriz de incidência.....	530
16.3.2.1	Crítérios material, temporal e espacial.....	530
16.3.2.2	Base de cálculo.....	532
16.3.2.3	Alíquotas e progressividade.....	534
16.3.2.4	Sujeição ativa e passiva. Responsabilidade tributária.....	534
16.3.2.5	Imunidades.....	535
	Referências bibliográficas	539